



ACTAS

ATA Nº 220

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, reuniram em sessão ordinária pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no auditório da Junta de Freguesia de Sangalhos, os membros desta Assembleia com a seguinte ordem de trabalhos:

I-Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 25.º do Regimento.

II- Período de Antes da Ordem do Dia

1. Apreciação e votação da ata n.º 219.

2. Assuntos de Interesse para Freguesia

III-Período da Ordem do Dia

1. Informação à Assembleia de Freguesia ao abrigo da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro/art.º 9.º2 e) relativa a atividades e diligências tomadas entre 24 de setembro e 13 de dezembro e situação financeira atual.

2. Alteração modificativa n.º 3 do Orçamento de 2022.

3. Plano de Atividades e Orçamento /Quadro de Pessoal para 2023-análise, discussão e votação.

4. Inventário de bens móveis, imóveis e veículos da freguesia.

Dando início à sessão, a Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, começou por questionar se das pessoas presentes na sala alguém queria intervir no Período de Intervenção do Público nos termos do artigo 25º do Regulamento. -----

1.-Neste âmbito, começou por pedir a palavra o Sr. Manuel Almeida, que no uso da mesma apresentou à Assembleia de Freguesia três assuntos distintos:

1º Sobre uma publicação da Junta de Freguesia na rede social Facebook sobre os caminhos vicinais que dão acesso aos terrenos rústicos e em que os proprietários são responsáveis de repor os caminhos nas condições adequadas com o uso de maquinarias. Disse que sendo os caminhos rurais de acesso às propriedades há anos, tal merece uma explicação, não concorda que os proprietários possam ter uma coima caso os caminhos não sejam repostos, pois entende que não se pode culpar os proprietários, mas sim as empresas. Questionou como requalifica um caminho onde passa em terra batida, cheio de lama, põe lá a terra outra vez?

2º Pediu um pequeno esclarecimento sobre o ponto da situação do projeto do Orçamento Participativo do Moinho da Póvoa do Castelo em S. João da Azenha; como está o projeto e se tem alguma data para começar; -----

3º Pediu esclarecimentos sobre o estado das águas das fontes de S. João da Azenha e das restantes fontes da Freguesia, se continuam poluídas, dizendo que algumas já não têm placas de informação e estarem "Impróprias para Consumo" -----



não sejam repostos, pois entende que não se pode culpar os proprietários, mas sim as empresas. Questionou como requalifica um caminho onde passa em terra batida, cheio de lama, põe lá a terra outra vez?-----

2º Pediu um pequeno esclarecimento sobre o ponto da situação do projeto do Orçamento Participativo do Moinho da Póvoa do Castelo em S. João da Azenha; como está o projeto e se tem alguma data para começar; -----

3.º Pediu esclarecimentos sobre o estado das águas das fontes de S. João da Azenha e das restantes fontes da Freguesia, se continuam poluídas, dizendo que algumas já não têm placas de informação e estarem "Impróprias para Consumo" -----

2. Em resposta tomou a palavra o Sr. Presidente Artur Salvador que , em relação ao 1.º assunto começou por dizer, que não houve nenhuma informação prestada fora do enquadramento que aplicável nesse contexto, tratando-se dos caminhos vicinais e rurais a responsabilidade é da Junta de Freguesia com apoio da Câmara Municipal mas, qualquer proprietário que vá ao seu terreno e deixe o caminho completamente destruído, principalmente madeireiros, deve-o repor nas condições em que estava, isso é uma questão de bom senso, por isso é que se tem feito esse esforço de sensibilização junto dos particulares; é uma questão que está a ser avaliada com a Câmara de Anadia e, em breve, irá existir um regulamento, como já acontece noutros concelhos em que qualquer intervenção principalmente nos terrenos de exploração florestal, quando há intervenções, os caminhos têm que continuar a servir a todos os proprietários; deixá-los ficar intransitáveis depois do uso de máquinas deve ter consequências. Acrescentou que num futuro próximo o que vamos ter no concelho de Anadia é o que já temos noutros concelhos, as pessoas quando vão fazer intervenções nos seus terrenos, corte de madeiras, movimentação de terras com maquinaria pesada, devem informar e pedir uma autorização à Junta ou à Câmara e a Junta fica a saber que essa operação vai ser feita e também vai ficar escrito que, no final da operação, devem repor os caminhos eventualmente danificados. Fora isso a Junta continuará a cuidar e tratar dos caminhos. Existem caminhos, que até estão dentro dos planos da Junta para pedonalizar, são uma mancha florestal muitíssimo importante, e de um momento para o outro alguém lá foi cortar madeira, deixou valas de meio metro, onde não passam lá nem tratores, carrinhas, atrelados, ninguém! Entende que é competência da Junta fazer este alerta, não impedindo ninguém de tratar dos seus terrenos, mas havendo danos devem repor os caminhos existentes. Quanto à 2.ª questão sobre o projeto da requalificação do Moinho de Água da Póvoa do Castelo, não é um projeto da Junta, mas sim da Câmara, da qual a Junta e os cidadãos da Freguesia de Sangalhos apresentaram a ideia, que venceu no âmbito do Orçamento Participativo, tem um orçamento específico que ainda



ACTAS

não foi concretizado. Quando esta Junta tomou posse recebeu uma ideia interessante que entende que deve ser concretizada, em consonância com a gênese da cedência para uso público, com a condição de que o Moinho fosse recuperado. Não há projeto o que havia era cópia de um modelo de Moinho de Água que foi feito em Vila Nova de Monsarros e esse modelo seria replicado na Póvoa do Castelo. A Junta está a acompanhar o processo com a Câmara, defendendo por razões históricas, a realização de um Moinho de Água recuperando a sua traça antiga e, em conjunto, um Parque - Espaço Verde na Póvoa do Castelo onde existe a ruína do Moinho antigo. A Câmara está a concluir o projeto para depois o implementar. A verba do Orçamento Participativo continua no orçamento da Câmara, já foi aprovado em reunião de Câmara e vai ser também aprovado em Assembleia Municipal e durante o próximo ano será realizada a obra. Relativamente ao 3.º ponto o Presidente da Junta esclareceu que o assunto das águas das fontes da Freguesia tem merecido a atenção do executivo ao longo de todo ano. Desde que tomou posse foi mantida a regularidade de análise das águas, o que se torna bastante oneroso, sendo que os resultados apresentados não cumprem os requisitos da legislação Nacional necessários para o consumo público humano. A Junta e a Câmara apresentaram esta preocupação ao Delegado de Saúde, que nos disse que para aferir se a água está ou não própria para consumo, tem que se elaborar um plano de controle e validar junto da ERSAR que é a entidade competente, significando isto que para os dados serem validados teríamos de ter, nomeadamente, uma estação de tratamento ao lado de cada Fonte. O que se torna incomportável e não está em causa só a Freguesia de Sangalhos, mas sim todo o concelho de Anadia. Após reunião na Câmara com os técnicos e Delgado Saúde, concluiu-se que não existem condições no concelho de Anadia para que qualquer Fonte seja considerada própria para consumo. Neste sentido, está a ser feito um parecer que vai ser divulgado em edital público para todo o concelho e placas sinaléticas uniformes para todas as Fontes do concelho de Anadia, dando conta de água imprópria para consumo. O controle que fazemos trimestralmente, não é o suficiente. As águas não estão envenenadas, mas não cumprem os parâmetros legais atuais. As placas e editais entretanto colocados foram arrancados por desconhecidos. -----

3.Continuando com o Período de Intervenção do Público, pediu a palavra o Sr. Paulo Lincho que no uso da mesma e na qualidade de representante do Grupo Coral OASIS, falou sobre a situação atual do grupo, dizendo que a sua atividade estava suspensa por falta de elementos e de maestro, sem os quais não se fazia grande trabalho. Informou que a direção vai continuar a trabalhar na procura de alguma situação em que seja possível, mudar um pouco o formato que possibilite continuar em atividade. Afirmou que vão continuar ativos e disponíveis para participar em atividades desde que sejam solicitados com algum tempo de antecedência. Apelou à divulgação de que estão



abertos a receber todos os que se queiram juntar ao grupo, onde serão bem-vindos e necessários para não deixar cair mais uma coletividade da Freguesia.

4. -Em resposta o Sr. Presidente Artur Salvador, começou por dizer que o Grupo Coral OASIS, é uma preocupação da Junta pois tem uma grande longevidade na nossa Freguesia, dúvidas não há de que faz falta. Reconhece que o Grupo vinha a materializar na Freguesia um trabalho interessante e sofreu uma baixa de peso na consequência da Pandemia, existindo agora a necessidade de captar novas pessoas. Apelou a que todos façam um esforço porque Grupo Coral como o OASIS não temos mais nenhum; temos que ir buscar as pessoas a casa e se não for doutra forma, vêm aí a janeiras à porta, pensa ser um trabalho interessante que sempre fizeram, devem fazê-lo com um recadinho no final além de um donativo para ajudar o grupo, convidar as pessoas a virem. Sugeriu também que fossem a todas as Eucaristias da Freguesia falar com o Sr. Padre e dar essa tónica às pessoas. Os 20 anos de história deve a todos orgulhar e poderá haver um ou dois que se interessem e, neste momento meia dúzia de pessoas já faria toda a diferença.-----

5. -**Passando ao Ponto um do Período Antes do dia**, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia pôs a apreciação e votação da ata nº219, a qual foi aprovada por unanimidade com oito votos a favor.-----

6.- **Passando ao Ponto 2 do Período Antes do Dia- Assuntos de Interesse para a Freguesia-**, começou por pedir a palavra a Sra. Deputada Lúcia Araújo que usou da palavra para levantar a questão sobre a Iluminação Natalícia da Freguesia, disse saber que custa muito dinheiro e que tudo está caro, estamos em época de poupança, mas ao menos umas luzinhas até aquecia o coração ao pessoal e lembrávamos mais o Natal. A outra situação que questiona é sobre os Sem-abrigo que estavam na porta da Freguesia. Relativamente ao Grupo Coral Oásis, sendo a Freguesia de Sangalhos muito carente de toda a parte cultural, é uma pena deixarmos que o Grupo Coral acabe, além das sugestões uma que já deixo era irem à Misericórdia principalmente junto das funcionárias, aos escuteiros, pois faz falta gente nova que tem a voz mais clara para cantar e ler uma pauta; outra sugestão seria o projeto Junta aglomerar no fundo este bem fazer, tentar junto das instituições para não deixarmos acabar o Grupo Coral Oásis.

7. -Sobre o mesmo assunto a Presidente da Mesa e Deputada Isilda Silva acrescentou a ideia de fazermos uma noite cultural no CES de Sangalhos para os pais, conseguindo, talvez, chamar a atenção dos próprios miúdos. As sessões culturais nas escolas às vezes funcionam; é uma prática que aqui não existe, mas é uma boa maneira de chamar os pais à escola de uma forma simpática, com o próprio Coordenador que está à frente do Grupo, não aparecem 50, mas, mas podem aparecer 20 e esses com os próprios filhos dizem a outros e às vezes é uma prática rápida. É apenas uma sugestão que deixa. -----



18
[Handwritten signature]

ACTAS

8. -Em resposta à Sra. Deputada Lúcia Araújo o Sr. Presidente Artur Salvador esclareceu que, a iluminação de Natal, já no ano passado não a tivemos e a dificuldade este ano foi acrescida, numa altura em que a energia fica mais cara e a Junta sofre com isso. Entende que a iluminação de Natal só é possível se conseguirmos dotar cada lugar da freguesia de um elemento, não é possível iluminar o centro, porque isso é injusto para o Videiro, Póvoa da Palmeira etc., A Junta recebeu uma comunicação da Câmara que veio da E redes a informar as Juntas de Freguesia que se quisessem colocar iluminação de Natal, implicaria para cada iluminação uma baixada a pagar pela Junta. A junta entendeu que numa altura em que atravessamos uma situação difícil com os custos dos combustíveis, energia etc. não havia condições. Ainda lançamos o repto à Câmara, uma vez que ia investir na iluminação, porque não um elemento em a cada Freguesia, porque se a Câmara participasse com um elemento, a Junta talvez pudesse arrancar, mas tal não foi possível, pois implicaria qualquer coisa como 10.000 Euros para uma luzinha em todos os lugares da freguesia. A Junta optou por canalizar o investimento para o associativismo, apoiar alguns projetos e no próximo ano se tivermos condições e neste alinhamento de não privilegiar o centro da freguesia em detrimento dos lugares, cá estaremos. Quanto á questão dos Sem-abrigo esclareceu que a situação não está resolvida nem se vai resolver, mas está a ser acompanhada; não é uma situação de agora infelizmente já tem anos de reincidências. Chegou-nos aqui à porta uma situação que já se vinha a materializar há muitos meses aqui pelas redondezas, tivemos este ingrato momento de a Junta, a Misericórdia, a GNR e toda uma série de instituições nomeadamente Câmara e Rede Social a tentar ajudar e temos uma pessoa que tem a liberdade de não aceitar qualquer tipo de ajuda. Entende que o que faz é da responsabilidade dela, nomeadamente aquilo que faz à porta da Junta. Necessidades que transferiu para casa de banho do Mercado e outras e a Junta não pode tolerar isto. Se quiser ajuda estamos cá para ajudar, se não quer ajuda não podemos permitir situações de abuso; qualquer pessoa que viu esta situação não compreende como é que temos uma pessoa a dormir em pleno Inverno à porta da Junta, mas também ninguém percebe que estamos a falar e uma pessoa com um ano de problemático, não é a 1ª que está na nossa Freguesia, em final 2021 era a 4ª ou 5ª pessoa nestas circunstâncias, muitas nem são de cá mas passam pelo nosso território e vão ficando, utilizam o alarmismo da sua situação que lhes permite tirar dividendos. Poucas pessoas sabem que esta pessoa ia tomar banho à Misericórdia e continua a ter este apoio. Tinha que ter uma habitação, mas isso custa uma parte da sua pensão, e isso não é possível; ajuda significa, nós ajudamos, mas a pessoa também tem que ajudar, houve a possibilidade de poder fazer umas horas de trabalho e inclusão na sociedade de poder arranjar algum mecanismo de sobrevivência. Este tipo de comportamento não, terá de escolher outro sítio, precisa de ajuda terá ajuda, aquilo que acontece não. Quanto ao assunto do Grupo OASIS, acrescentou só uma nota sobre o projeto que da Junta que tem a valência de



trazer as pessoas que tem disponibilidade para uma aferição da melhor competência que tem dentro das artes, teatro e música, temos um movimento associativo intenso com muita gente envolvida, mas notamos que apesar de termos quase 4000 Sangalhenses em que mais de 2000 pessoas da nossa Freguesia não estão envolvidas em nada, é uma preocupação. Quando nós falamos em ir ao basquete, aos escuteiros isto é uma preocupação pois é o movimento associativo que temos, mas se vamos pedir sempre aos mesmos não pode ser, temos que ir à comunidade. Entendo que o Grupo Coral Oásis, se precisar de algum tipo de ajuda, deve ir junto da comunidade e fazer esse apelo junto das associações mais inclusivas que temos desde os mais pequenos até aos mais avançados de idade. Talvez o Maestro ir junto da Escola deste tipo de público e conversar com o que é que precisa, não podemos deixar passar mais tempo sem fazer nada senão nunca mais se levanta. -----

9. -No mesmo Ponto pediu a palavra o Sr. Deputado Joaquim Mota, que usou da mesma, dizendo que o problema das Associações, hoje é o Oásis, amanhã será outra qualquer e esta situação de querer sobrecarregar as mesmas pessoas é errado, porque quem tem filhos no basquete tem que os levar aqui ou ali, e essas pessoas nunca têm disponibilidade, ou porque têm futebol, natação ou ballet, quem anda nestas coisas sabe os argumentos de cada um o que é complicado para participar. Entende que só há uma hipótese que é ir buscar uma boa parte das pessoas que estão sem fazer nada, não tem qualquer vínculo a não ser o Facebook. É preciso desafiar essas pessoas em prestar serviço ao associativismo que é bom para elas e para a Freguesia. Quanto à questão das Luzes de Natal, realmente é caro! Mas há um desafio que se podia fazer e ajudar o comércio em Sangalhos, porque não através da Junta tentar alugar os equipamentos e as ligações serem feitas á frente do comércio para iluminar essa própria iluminação?

É uma ideia e um desafio para o próximo ano, tentar junto de alguns comerciantes que queiram aderir e se calhar arranjavam-se meia dúzia de comerciantes que não se importavam compartilhar nos enfeites de Natal e por meia dúzia de coisas no centro da Vila não ficava nada mal e a própria Junta tinha uma iluminação modesta, mas sempre era uma iluminação e a Junta para iluminar o Edifício não gastava muito dinheiro. Outra questão que volta a trazer é sobre o Jardim do Passal, já apresentada na Assembleia de setembro, relativamente ao problema que está na passagem ao pé do Parque Infantil. O pavês está levantado e, à semelhança do que fizeram na Avenida Seabra Dinis onde interditaram uma zona com fitas porque as árvores também levantaram o pavês para ninguém se aleijar, o que acontece no Passal é o mesmo, existe uma necessidade de interditar aquela passagem, evitando acidentes. Outra questão apresentada é sobre as Paragens de Autocarro, refere que algumas estão boas, limpas, mas há outras não estão assim tanto, a Paragem que está ao pé do Pontão da linha



ACTAS

ferroviária, quando chove, fica com muita lama. Entende que a Junta deve mandar limpar aquilo pois as ervas estão muito altas impedindo que as crianças com uns ténis se abriguem debaixo do coberto porque molham os pés. Sobre o assunto dos caminhos vicinais, alerta que, no caminho que vai da Subestação para Ancas, onde há muita exploração de madeiras, é habitual os madeireiros deixarem as zorras quase na via pública sem sinalização, bem como deixarem montes e montes de rama de eucalipto no meio da estrada, o que entende dever ser vigiada tal situação. -----

10. Tomando a palavra para responder ao Sr. Deputado Joaquim Mota, o Presidente Artur Salvador, referiu que quanto à iluminação de Natal, não tenha dúvidas que a mesma possa e deva passar pelos comerciantes que já fazem o que podem; foram eles que este ano e os outros fizeram parte da iluminação, o problema maior não está no consumo energético, mas sim nos alugueres. Quando chegamos à Junta tínhamos uma série de elementos de Natal, e nenhum funcionava, um cordão que dava para por aqui à volta, mas também não funcionava, mas ocupavam o seu espaço; tentamos cortar e emendar não davam, são elementos que se degradaram ao longo dos anos. Chegou-se à conclusão que não justificava o investimento.-----

O aluguer pode ser alternativo, mas também este é caro. Entendemos que podemos fazer melhor com o apoio das associações, cada um na sua localidade assumir a iluminação conjuntamente com a Junta e da Câmara, talvez decorar uma parte específica e alguém se responsabilizar em ir lá acender a luz, pode ser um processo colaborativo. Relativamente ao Parque Infantil do Passal, o Presidente Artur Salvador esclareceu que a Junta não interditou o espaço porque não calhou, foi abordada essa questão com a Câmara e muito a propósito do que está feito na Avenida Seabra Dinis, porque de facto é uma descida e com as folhas molhadas está ali um perigo eminente, teve que se isolar porque as pessoas podiam cair ainda por cima com as raízes levantadas é um perigo duplo ou triplo, o problema agora é como se resolve a situação. Pedimos vistoria da Câmara e disseram que as árvores eram para ser cortadas e não estão livres disso, porque de facto as árvores além de estarem em cima das habitações com aquelas coplas estrondosas, as raízes não cresceram para baixo, ma sim para as laterais e criaram aquelas dificuldades. Veio lá uma empresa averiguar o estado em que se encontram e, entretanto, a Junta está a analisar soluções que depois podem ser replicadas noutros lugares, trouxe técnicas inovadoras que, eventualmente, poderão ser ali aplicadas evitando o corte das árvores, cortam-se as raízes, fazem-se umas caixas etc. Uma situação espetacular, mas quem é que o faz? Nós não temos condições para fazer isso nem para pagar, a Câmara neste momento não está para aí virada. No próximo ano eventualmente vamos dar uma solução; fazer o corte das raízes e o nivelamento, vamos fazer aquilo que nos for possível e vai ser aplicado também nas árvores do Passal que têm alguma idade e as suas raízes estão a estragar a envolvente pública, constituindo



um perigo. A Junta pretende fazer este trabalho que nunca foi feito. Quanto à questão das paragens dos Autocarros, o problema dessa paragem e de outras, é que surgiram na altura em que havia crianças e autocarros para as levar para escola. Essa do Pontão não é uma delas com a pertinência e densidade de crianças, ainda assim é um elemento que ali está presente, não só está mal situada nem tem o tratamento envolvente, está no meio de terra, vamos lá cortamos as ervas, mas como aquilo é terra voltam a crescer, podemos limpar dar um tratamento à paragem, não está em condições, tem uma utilização muito mínima, mas ainda assim, não é motivo para não ser cuidada e receber um caixote do lixo que no próximo ano vai chegar à paragens. Relativamente aos Caminhos Rurais e máquinas pesadas, não há nenhuma legislação que os impeça de estacionar onde eles quiserem, não tem o mesmo comportamento que uma estrada de trânsito em que a GNR vai lá e autua a não ser que haja um Regulamento, a Junta pretende tê-lo pois é um regulamento que vai legislar qual o comportamento para circular nos caminhos, vamos modelar esse tipo de comportamento, não há nada que diga que possamos obrigar a limpar apesar das nossas insistências.-----

11.-Retomando a condução dos trabalhos da Assembleia, a Sra. Presidente de Mesa, agora como Deputada Isilda Silva, disse ser transmissora de dois recados; um em relação aquela passadeira que está em frente à Pastelaria 100 Chocolate que atravessa para o Jardim do Passal, pois é muito irregular tem aquelas pedras todas e as pessoas com alguma idade, nomeadamente ela própria, tem alguma dificuldade em andar, podendo facilmente tropeçar e pergunta se haverá alguma hipótese de regularizar esse piso de forma a que senhoras que usam aqueles saltos menos grossos fiquem lá presos. Outro alerta é em relação ao sinal de STOP que lá está pois diz que lhe chamaram a atenção que o sinal está colocado muito atrás, tendo que parar no STOP, mas depois á frente tem que parar outra vez para entrar na estrada, talvez o sinal deva estar um pouco mais adiante de forma que se veja quem vem na estrada. Relativamente a esse assunto o Sr. Deputado Joaquim Mota acrescentou que essa passadeira tem outro problema, quando está a chover a água que vem do lado do Posto da GNR corre pelas valetas de um lado e do outro e quando chega à passadeira fica ali espalhada e as pessoas não podem passar senão molham os pés, entendendo que devia ser ligeiramente mais alta.-----

III- Período da Ordem do Dia

12 .Passando-se ao **Ponto 1 da Ordem do dia** a Senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente Artur Salvador, que começou por referir que tendo todos os deputados recebido a documentação, ia ser breve e dar nota que, ao fim de um ano de trabalho as tarefas da Junta começam a ser cíclicas e vão desde a manutenção



20
Hilary

ACTAS

dos espaços públicos, valetas jardins etc., até à gestão daquilo que temos como o Mercado, participação da Junta nalguns projetos como Eco Freguesias, Eco Famílias, entrega dos prémios, ativação da Junta, acompanhamento dos lixos que temos na Freguesia, havendo a preocupação que vai desde a recolha dos dejetos dos caninos, indicando às pessoas que façam a reciclagem e coloquem o lixo nos sítios certos, informando que neste momento a Junta está disponível para colaborar com as pessoas para que cada vez mais não tenhamos comportamentos na nossa Freguesia, que apesar de serem menos, ainda se vêm, como colocação de ramagens nos caixotes de lixo, eletrodomésticos, lixo espalhado no chão. Procuramos ser intensos e ativos nesta ação de pedagogia comunitária, temos uma equipa e máquinas presentes um pouco por toda Freguesia: Acontece que, muitas vezes temos elencados fazer certos trabalhos e temos que os alterar porque assim o exige a resposta urgente às solicitações que nos chegam por parte dos nossos fregueses. Podemos dizer que hoje a Junta tem condições para desempenhar algumas tarefas essenciais e é isso que temos vindo a fazer, quanto ao mais disse ficar disponível para algum esclarecimento relativo a estas questões. -----

13. Para intervir neste Ponto pediu a palavra o Deputado Joaquim Mota, que no uso da mesma questionou, o Senhor Presidente acerca da iluminação do largo S. Silvestre e sobre os contatos realizados no âmbito do processo sobre os Limites da Freguesia.-----

14. Para responder tomou a palavra o Presidente Artur Salvador que, relativamente à iluminação do largo S. Silvestre, esclareceu que a situação o preocupa e preocupou este ano por altura da festa. Disse que atualmente existe uma gestão de via pública muito afinada, em 10 dias qualquer situação que temos reportada ela é resolvida. Tínhamos ali uma situação no meio do largo que não tinha solução, quando se fez o afundamento da caixa o poste ficou a 2,5 metros, agora sem possibilidades de recuperar o poste, foi retirado, neste momento temos com a Câmara feito o estudo que vai dotar aquele largo de iluminação, não vai ser conforme o que lá estava, mas vai ser lateral com utilização de postes com 4 a 5 metros de distância entre eles e com iluminação específica. Gostaríamos também de iluminar a fonte (chafariz) é uma situação que está prevista e analisada, vai ser orçamentada por uma empresa da especialidade e vai ter que levar uma baixada própria. Espero termos uma iluminação o quanto antes, se não acontecer, pelo menos na altura da festa gostaríamos que já estivesse implementada. É um investimento que está para ser realizado com a Câmara, assim o espero; se a Câmara falhar a Junta terá que resolver. Quanto ao assunto dos Limites de Freguesia, adiantou que a Junta tem feito muito trabalho, dispensa dar grandes pormenores pois gostava de no 1º trimestre de 2023 levar esse trabalho ao conhecimento da Comissão formada para o efeito. Resumidamente esclareceu que a Junta, dentro daquilo que saiu da Comissão, tem estado a analisar o assunto, foram feitos contatos de várias ordens, recebemos informação que constatamos ter sido alterada sem haver argumentos, não temos esses



arquivos o que temos é uma plataforma onde estamos a desenhar o controle dos limites com base na informação histórica. O trabalho será apresentado aos membros da Assembleia antes de se tornar o assunto público. Este tem alguma sensibilidade e é necessário tratá-lo com cuidado para evitar alaridos. Os dados geográficos que foram enviados à Junta pela Direção Geral do Território tem alguma alteração, por exemplo na zona de Avelãs de Caminho com a Estrada Real, na área de limite no ano 2000, primeira revisão dos limites, essa área desapareceu. Perguntamos porque é que desapareceu, temos argumentação que nos chegou que permitiu constatar que de um ano para o foram eliminados 40 hectares de terreno e é aí que as coisas começam tortas, não há argumentação, tem como base os Censos, aquilo que as Câmaras indicaram. Não compreendemos com base em nada como é que se alteram esses circuitos, descobrimos alguns mapas antigos ainda sem grande pormenor permitindo-nos saber que em 1980 já havia um recorte muito parecido com o que há hoje e como é que esse recorte chegou a essa conclusão, parece uma pescadinha de rabo na boca, foi com dados da Direção Geral do Território, entretanto diz-se que foi a Câmara que deu e a mesma diz que não deu, temos as coisas concretas no papel o problema está quase definido. Na próxima semana vamos fazer uma análise às atas da Câmara da década de 70, o que é certo não temos um único mapa oficial que nos dê um traçado dos limites da Freguesia; é um problema e a Câmara é a única entidade que deve despoletar o problema e junto com as Juntas de Freguesia, requerer a informação e foi isso que fez, tem que estar escrito e haver atas, temos que chegar àquela informação que a Câmara prestou em determinada altura, 40 hectares de um ano para o outro desapareceram da Freguesia. Hoje temos uma ferramenta ativa que é o BUPI, qualquer um de nós que tenha propriedades para registar, vai á plataforma identifica-se e regista a sua propriedade. O BUPI diz-nos que nós temos em matriz na posse da titularidade da Freguesia registados por todo esse elenco onde há 30 ou 40 anos para trás nos foi dito pertencer à Freguesia, neste momento estamos a compreender o problema, esquematizá-lo, apresentá-lo para que todos possamos reforçar esta ideia, melhorá-la antes de avançar e pedir à Câmara que, já está mais ou menos alertada, para o que aí vem, que efetive estas diligências como o fez em 1985, onde tínhamos um Vereador com competências nesta área que pediu às Juntas de Freguesia que indicassem os seus limites, e nós indicamos mas esse documento não está aqui na Junta nem na Câmara. Temos que perceber que aqui há um problema, tem que haver um ofício sobre o que é que estamos a enviar, e não há; temos bases de informação daquilo que é injusto, também não compreendemos como é que o nosso território, olhando para os mapas, os riscos da nossa Freguesia não sigam de maneira nenhuma as orientações da Direção Geral do Território, que é, existindo estradas o limite é a estrada, rios o limite é o rio, construção o limite é a matriz do terreno. Por exemplo no Vidoeiro o limite não é cortar as fábricas a meio, não faz sentido nenhum; se existe um problema devemos materializá-lo e esse trabalho melhorá-lo para



ACTAS

quando estivermos com a situação bem esclarecida, vamos ter que pedir a quem de direito, faça o seu trabalho que nós estamos a fazer o nosso. Espero que seja definitivo com provas concretas pedir à Câmara que faça o que tem que fazer. entidade que por autorrecreação vai fazer esse trabalho ou então se tivermos que ir pela via Judicial vai demorar anos, mas vai chegar à Câmara e vamos tentar evitar isso fazer o nosso trabalho de casa e no momento certo e, da maneira correta, falar com a Câmara e também com as freguesias vizinhas. Não me alongo mais e espero que em breve consigamos apresentar aquilo que temos em termos de desenho, matriz, base geográfica e também a materialização dos documentos que vão acompanhar todo este processo.-----

15.A Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, questionou os Deputados presentes se alguém tinha mais alguma pergunta a fazer. Não havendo mais perguntas e no seguimento, o Presidente de Junta de Freguesia Artur Salvador começou por dizer, que já que ninguém falou sobre o Centro de Saúde, referiu que é um assunto que preocupa muito a Junta que tem feito força para que entre em obras tão rápido e quanto possível, mas ao mesmo tempo, verificamos que tem existido uma degradação dos serviços prestados atualmente, com mais ou menos preocupação tal e qual como as pessoas andam alheadas da nossa vida comunitária, associativa etc. também estão neste momento completamente acomodadas a uma realidade que o Centro de Saúde não dá resposta; a minha preocupação é isto que gostaria de deixar aqui que as pessoas não estão a encontrar solução no nosso Centro de Saúde e estão tranquilamente a procurar fora, no nosso Hospital Privado, na Mealhada, em Anadia e isso começa a ser rotina. Tenho pessoas que chegam aqui à Junta e cruzam-se comigo na estrada a dar esta nota: temos aqui uma Unidade de Saúde personalizada que é sede, faz triângulo com Avelãs de Cima, Amoreira da Gândara e Sangalhos, e só tem um médico de família para toda a gente. Essa realidade não está presente no nosso Centro de Saúde; neste momento não temos médico de família para toda a gente e quem não tem médico de família, a resposta que recebe ao balcão é que não pode pedir exames nem medicação. Lembrou este assunto para que se possa materializar uma preocupação séria, porque não ficou nada contente quando a Freguesia de Avelãs de Caminho viu a sua Extensão de Saúde fechada e os utentes ir para Avelãs de Cima. Não há médicos de família disponíveis. Disse já ter falado com o Diretor da Direção Geral de Saúde de Centro e a preocupação também não é nenhuma. Uma coisa é transferir em matéria de Saúde para Câmara, outra é este modelo do SP não é atrativo para nenhum médico do corpo do Centro de Saúde, qualquer médico que venha para o Centro de Saúde de Sangalhos não quer ficar cá, porque aqui não faz carreira, só a faz se estiver ligado a uma Unidade de Saúde familiar que era o que tínhamos há uns anos atrás e perdemos. Manifestou esta preocupação, esperando que se concretizem as obras no Centro de Saúde, talvez no último trimestre de 2023 início 2024, mesmo correndo o risco de se estar a investir



dinheiro que segundo o orçamento que está na Câmara será qualquer coisa como meio milhão de euros, para nada. Partilhou ainda a preocupação, da Freguesia estar este ano, com uma taxa de mortalidade assustador; a nossa média que não anda longe da nacional 1% da população que é a taxa média normal e nós já vamos quase com o dobro, isto é o normal anda à volta dos 50 e nós já vamos a caminho dos 80. São situações que nos preocupam. Disse estar atento enquanto poder local e entender que isto é um problema.-----

16.-Pedi a palavra o Deputado Joaquim Mota que, sobre o nosso Centro de Saúde acrescentou que as pessoas têm a memória curta; lembrou que há cerca de 20 anos fez parte de uma organização/associação em defesa das Urgências do Hospital de Anadia e hoje as pessoas que mais se queixam, nunca lá estiveram na manifestação, mas acham-se com muito dinheiro, por isso é que podem ir pagar 70, 80 ou 100 euros às Clínicas Privadas. Defende que o grande problema é político, que Sangalhos ficou sem nada e, tem as Clínicas Privadas aos cogumelos. Disse estar disposta a dar a cara e se o acompanharem aqui fazemos uma vigília duas ou três, manda para as televisões. Há 20 anos fizemos várias vigílias à porta do Hospital e hoje é privado. Acabou questionando se, quem estava ali na sala, se amanhã partissem para uma manifestação, dariam a cara.

1.Alteração modificativa nº3 do Orçamento de 2022

17.Passando-se ao Ponto 1 da Ordem do Dia e não havendo pedidos de intervenção por parte dos Senhores Deputados, a senhora Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente de Junta Artur Salvador que começou por dizer que o documento foi entregue aos Deputados com tempo suficiente para leitura, e fez uma nota no geral, referindo que esta alteração é feita a pedido do nosso contabilista, sendo uma salvaguarda que tem a ver com a taxa de execução orçamental em vigor e concluída já no mês de novembro que nos podia colocar algumas dificuldades de tesouraria até ao final do ano. Também na sequência daquela situação extraordinária que falou da mortalidade acima da nossa média, infelizmente, mas por outro lado origina entrada de receitas superiores áquilo que estava previsto, pelo facto de serem vendidas mais campas no cemitério do que estava orçamentado, temos que pavimentar o que origina mais despesas e aumento da receita de igual forma -----

18.Não havendo pedidos de esclarecimento por parte dos Deputados, passou-se de seguida à votação, da alteração modificativa nº3 do Orçamento de 2022, que foi aprovada com 0 Votos Contra, 3 Abstenções, duas por parte da CDU e uma por parte da MIAP, Votos 5 a favor, 4 do PSD e 1 do PS. -----



ACTAS

2.Plano de Atividades e Orçamento/Quadro de Pessoal para 2023- análise discussão e votação.-----

19.Passando ao Ponto 2 da Ordem do Dia, tomou a palavra o Presidente Artur Salvador, que esclareceu estarmos perante um orçamento, foi apresentado antes aos Partidos e ao Movimento Independente com assento nesta Assembleia, que é resultado de algumas das ideias que apresentamos e dos contributos que recebemos. Disse ter validado o modelo de apresentação do ano passado, experimentado no ano passado e que está materializado este ano. A grande alteração é o aumento do volume se para 2022 foi na ordem dos 207 Mil Euros para 2023 foi apresentada uma proposta de duzentos e noventa e um mil euros. Valor este que ainda poderá vir a ser aumentado depois da prestação de contas com o saldo da gerência, eventualmente poderá ir qualquer coisa como trezentos mil euros. O grande aumento deste orçamento está aqui balizado com a manutenção deste executivo, que poderá ser superado em altura devida por esta Assembleia, tem a ver com a necessidade de termos que renovar o nosso trator, é um investimento caro, e não é só o trator em si, é também uma série de acessórios que é preciso comprar para dar resposta às nossas necessidades, porque este ano estamos muito dependentes da lotação de serviços e ao mesmo tempo capacidade de resposta que muitas vezes se arrasta meses e semanas e nunca concretizamos. O nosso trator da Junta é uma mais valia, mas começa a dar sinais de fragilidade, não pode ser intensivamente acionado para aquilo que gostaríamos, o que estamos aqui a viabilizar é a contratação de um passivo financeiro que eventualmente poderá ser a um contrato financeiro com uma Entidade Bancária ou com uma empresa que poderá vir prestar este serviço com taxas de juros mais baixas ou até isentas, de qualquer forma estamos aqui analisar e votar esta proposta, que em devido tempo será apresentada a esta Assembleia, seja para viabilizar um contrato financeiro ou aquisição direta, de qualquer forma nós não temos qualquer coisa como sessenta mil euros que estão pavimentados no passivo financeiro disponíveis. Aquilo que estamos aqui a fazer é canalizar uma parte do dinheiro que a Câmara transfere para a Junta de Freguesia a título de Investimento para aplicar anualmente nesta aquisição, significa que se o investimento for sessenta mil euros, podemos estar a falar dos trinta e poucos mil euros que a Câmara transfere todos os anos para Investimento, qualquer coisa como vinte mil euros por ano para canalizar para este Investimento. É esta pedagogia que está proposta no orçamento que depois se merecer o acordo da Assembleia podemos vir a concretizar. A outra situação é um aumento muito significativo nos recursos humanos, com a contratação do reforço de equipa. Este ano o que a Junta fez foi materializar através candidaturas do Centro de Emprego, recibos verdes pessoas ao serviço da Junta que se vieram a manifestar como pessoas interessadas com capacidade de resposta e dotarem a Junta de uma equipa de trabalho que hoje nos permite em qualquer altura dar uma



resposta dentro daquilo que está ao nosso alcance em várias circunstâncias. É essa situação que queremos materializar para 2023, tendo uma equipa contratada não a recibos verdes e é justo que assim seja. Também para podermos gerir e dar uma resposta adequada, vamos continuar a contratar serviços à Câmara, mas entendemos que uma Junta de Freguesia como a nossa, tem que ter recursos, e um quadro de pessoal com sete pessoas, cinco operacionais e duas na área administrativa. Creio que para já será o quadro fixo adequado para a realização das nossas tarefas. Refere que este ano foi feito muito trabalho intenso e a Junta está a fazer a gestão de competências instaladas nesta Junta e, também depende das transferências da Câmara e do Governo. Isto significa que a Junta com os recursos financeiros que tem e materiais, apenas consegue dar resposta a 40% dos trabalhos que tem na Freguesia. Entende que com apoio da Câmara pode eventualmente, chegar aos 60%, os 40% de trabalhos que temos na Freguesia dificilmente os concretizamos e estamos a falar de caminhos rurais, intervenção em determinado tipo de valetas etc. Com o valor que recebemos das transferências, para intervenção no espaço público, naquilo que nos é delegado enquanto competências, nós conseguimos tratar de uma série espaços públicos que são da nossa gestão dando resposta às valetas, investindo em cimento, manilhas, pavês para pavimentar passeios com apoio dos residentes, mas há sempre uma parte do trabalho que a Junta não consegue fazer, para chegar a certos e determinados tipos de trabalhos, tem que descompensar os tais 40% que garante hoje, em teoria dos cem mil euros, números redondos que recebemos das transferências para gestão corrente entre serviços e intervenção, temos metade do dinheiro que precisamos, esta é nossa realidade. Temos na Freguesia sete ou oito contadores elétricos, seis ou sete de água, uma despesa mensal na ordem dos dois mil euros. Parte da gestão corrente da Junta gasta uma grande parte do nosso plano e do nosso orçamento, nos recursos humanos e investimento, capitação de mais estrutura de apoio; é o que estamos aqui a analisar e a pôr à consideração da Assembleia-----

Não havendo pedidos de intervenções a Senhora Presidente da Mesa pôs à votação o Plano de Atividades e Orçamento/Quadro de Pessoal para 2023, o qual foi aprovado com votos contra 0, Abstenções 3, duas por parte da CDU e uma do MIAP, votos a favor 5, 4 por parte do PSD e um do PS. A Presidente da Mesa e Deputada do PS e o Deputado Joaquim Mota da CDU, fizeram uma declaração de voto, as quais se anexam a esta ata.

2-Inventário de bens móveis, imóveis e veículos da Freguesia

20.Passando ao Ponto 3. da Ordem do Dia , tomou a palavra o Presidente Artur Salvador, que sobre este ponto esclareceu que tendo sido os documentos entregues, informa os Senhores Deputados, nesta Assembleia da Junta de Freguesia, que o Inventário apresentado constitui o nosso património, poucas alterações temos ao



ACTAS

inventário do último ano, a não ser alguns abates que fizemos, relativos a equipamentos obsoletos que tínhamos na nossa Freguesia e material informático, alguns na sua ordem que tinham sido oferecidos não estavam em condições e muitos não funcionavam, alguns foram requalificados outros por força das circunstâncias, estavam na Junta mas não faziam parte do Inventário, deste modo previsto na lei cumprimos a informação daquilo que temos na Junta. Os investimentos que fizemos em termos de maquinarias, são estruturas de apoio a um elenco de encargos de estruturas como puderam ver, desde as máquinas que trouxemos para a nossa Junta de Freguesia, algum investimento que fizemos neste edifício com estores, compramos um contentor marítimo para arrumos do mercado e apoio á manutenção e limpeza que não tínhamos, investimentos no trator. Incrementamos com a aquisição que fizemos do terreno da Póvoa do Castelo, materializando o seu registo. Pois a aquisição foi feita há uns anos atrás, é um documento público e também será colocado disponível para conhecimento dos Sangalhenses e de informar o que temos enquanto património e investimento público na aquisição mais e melhores estruturas de apoio à nossa Freguesia. -----
Não havendo mais assuntos a tratar a Presidente da Mesa da Assembleia, deu por encerrada esta sessão ás 22 horas e 50 minutos, da qual se lavrou a presente ata e que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente e pelo 1º Secretário que a secretariou. -----

Presidente da Assembleia -----

1º Secretário da Assembleia -----



